

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE (COMUS) Biênio 2023-2025.

Ao nono dia do mês de Julho de dois mil e vinte e quatro, reuniram-se de forma virtual os membros do Conselho Municipal de Saúde. Consta-se a presença do Vice-Presidente do COMUS Srº Denis Eduardo dos Santos, do Diretor de Planejamento, Acompanhamento e Gestão da Secretaria da Saúde e Saneamento André Felipe Cardoso Angiolet e dos Conselheiros Claudemir Gonçalves suplente CRP/SC, Otávio José Zini Vieira titular Amigos e Tribos, Marcos Domanski titular Comunidade Viver Livre, Thaís Regina Uhlig titular UNIAVAN, Priscila Pimentel titular ABENFO, Sara Roberta Soares titular Associação dos Moradores Bairro das Nações e Felipe Vandresen titular APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Balneário Camboriú, Rafael Militão José titular Associação de Moradores Nova Esperança, Débora Cândida Spagnol titular da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB – 15ª Subseção, Marina Hirano Wulff Diretora da Atenção Básica da Secretaria de Saúde e Saneamento, Larissa Michel Gaya Diretora de Saúde Bucal, Syntia Sorgato Diretora Geral do Hospital Municipal Ruth Cardoso, Sandra Regina Lubenov titular Rede Feminina de Combate ao Câncer de Balneário Camboriú, Claudinei Machado titular UNIPAS – União de Pastores de Balneário Camboriú, Julie Maria Correa Zaguini Diretora da Vigilância Sanitária, Victor Moreira de Moraes Lopes Diretor da Atenção Especializada e Adriana Amália Rodrigues Ribeiro Diretora da Vigilância Epidemiológica.

Vice-Presidente Dênis inicia a reunião informando as pautas do dia: deliberação da aprovação da habilitação da UPA da Barra, cuja documentação já foi enviada no grupo para análise, respostas para os questionamentos do 1º RDQA e formação da comissão eleitoral para eleição da mesa diretora. Já comunicando a sua aprovação pela habilitação da UPA da Barra, ele passa a palavra ao conselheiro Otávio, que diz que os documentos enviados no grupo após a última reunião já deveriam ter sido encaminhados há muito tempo e solicita que não se repita a prática de trazer as coisas em cima da hora para aprovação com a justificativa que eles já estavam disponíveis no Portal Transparência, conforme dito na reunião passada. O conselheiro diz que esses documentos tem que ser enviados e que isso vinha ocorrendo na gestão anterior com os relatórios trimestrais, cuja prática só mudou com a alteração da gestão da Secretaria de Saúde, que permitiu que os conselheiros pudessem analisar e fiscalizar, que é uma das ações principais do Conselho. Relata, ainda, que os conselheiros não foram chamados para averiguar in loco a UPA, e isso deveria ter sido feito, até mesmo para verificar se os materiais informados nos relatórios foram utilizados, como foi feito na época da UPA das Nações. Ele adianta o voto pela aprovação da habilitação, mas deixa clara a ressalva de que isso não se repita. Vice-Presidente Dênis concorda com o conselheiro a respeito do envio prévio da documentação para análise e pede ao Diretor André que abra a votação da aprovação da habilitação. Conselheiro Otávio solicita a leitura da resolução. Leitura feita pelo Diretor, conselheiro Otávio propõe que se inclua no texto a informação de que não foi feita visita prévia à unidade. Conselheira Syntia se manifesta contrária a inclusão da frase e sugere votação para verificar se demais conselheiros estão de acordo ou não.

Conselheiro Otávio questiona o motivo e ela informa já constar em ata todas as informações, não sendo necessário constar também na resolução. Conselheiro Otávio relembra aos outros conselheiros que em caso de irregularidade, todos respondem. A Diretora volta a dizer que todas as informações constam registradas em atas, que também são documentos oficiais. Conselheiro Otávio explica que colocar essa informação ali não inviabiliza e nem causa nenhum problema, apenas resguarda o CPF dos conselheiros e, a opinião dele, é que deveria haver essa ressalva no documento. Conselheira Syntia informa que, além dessas informações já constarem em ata, a UPA já está aberta com alvará e com todas as aprovações de projeto na Vigilância Sanitária, que é tão criteriosa no nosso município e que dispõe do conhecimento profundo da legislação. A Diretora concorda que a documentação poderia ter sido enviada antes, mas que agora, com alvará sanitário, de bombeiro e com habite-se, não há necessidade da inclusão da informação na resolução. Conselheiro Otávio concorda com a questão do trabalho exemplar da Vigilância Sanitária, mas que só gostaria que constasse que o Conselho não fez verificação in loco antes da aprovação. Presidente Dênis decide abrir votação para inclusão ou não dessa informação na resolução. Com 14 votos a favor da aprovação da resolução da forma que está, sem a inclusão da observação, fica deferido o documento da forma apresentada inicialmente. Votaram a favor da aprovação sem alteração: Syntia Sorgato, Claudinei, Marcos, Priscila Pimentel, Rafael Militão, Dênis, Débora Spagnol, Thaís Uhlig, Larissa Gaya, Victor Lopes, Sara Soares, Marina Hirano, Sandra Pérola e Felipe. Votos para aprovação mediante alteração: Otávio e Claudemir. Conselheiro Otávio sugere outra votação, referente à resolução ad referendum. Sem nenhuma objeção, a ad referendum é aprovada por unanimidade. Vice-Presidente Dênis inicia a próxima pauta, referente aos questionamentos do RDQA. Conselheiro Otávio solicita que, assim como os questionamentos são enviados por escrito antes das reuniões, que as respostas também fossem enviadas por escrito antes, mesmo que posteriormente haja debates. Vice-Presidente Dênis concorda com a sugestão. Diretor André inicia com a Vigilância Sanitária, aproveitando a presença da Diretora Julie na reunião. Ela faz a leitura dos questionamentos e responde as dúvidas dos conselheiros. Em relação à primeira pergunta, Conselheiro Otávio sugere que já nos relatórios conste, além de que as amostragens foram concluídas, quais foram os pontos que apresentaram discrepâncias, quais foram as discrepâncias para isso, e, se possível, as medidas tomadas para se sanar essas discrepâncias ou os possíveis motivos delas quando estes ocorrerem. A Diretora Julie concorda com a sugestão do conselheiro e segue com a leitura da próxima pergunta, onde o mesmo solicita que se informe quais os tipos de infrações encontradas, até para questão de formulação de políticas de saúde pública. A Diretora acata a sugestão novamente e encerra a leitura dos seus questionamentos. Conselheiro Otávio parabeniza o excelente trabalho da Vigilância Sanitária. Diretor André inicia a leitura das perguntas e respectivas respostas da Atenção Básica. Para o primeiro questionamento, Conselheiro Otávio pergunta o motivo de tamanha diferença entre os números de visitas domiciliares nas unidades de saúde e a UBS Vila Real, considerando a resposta dada no relatório referente à implantação do novo sistema. A Diretora Marina explica sobre o período de transição do sistema em cada unidade. Conselheiro Otávio

solicita inclusão de informação que facilita a leitura dos dados. Diretor André segue realizando a leitura das perguntas da Atenção Básica e suas respostas e a Diretora Marina esclarece as dúvidas dos conselheiros. Em seguida é feita a leitura dos questionamentos da Saúde Bucal. A Diretora Larissa Gaya explica sobre a questão dos vouchers para os alunos da municipalidade no Programa Odonto Baby. Conselheiro Otávio parabeniza a equipe de Saúde Bucal e questiona a diferença no atendimento entre os alunos da rede pública e os alunos do voucher. Após esclarecimento por parte da Diretora Larissa sobre a dificuldade de trazer os mesmos procedimentos da rede pública para os alunos de voucher na rede privada, o Diretor André inicia com as perguntas da Vigilância Epidemiológica. A Diretora Adriana faz a leitura da lista de doenças ou outros problemas classificados como “Causas externas de morbidade e mortalidade”. Conselheiro Otávio questiona quem escolhe a causa da morte entre causas externas de morbidade e mortalidade ou lesões de envenenamento ou consequências externas. A Diretora faz uma breve explicação sobre o assunto e esclarece outras dúvidas do conselheiro, como a questão dos casos de internação que não levam a óbito. Os questionamentos seguem sendo lidos e esclarecidos conforme as questões vão sendo levantadas. Conselheiro Otávio fala sobre a importância desses documentos serem bem claros para que não haja dúvidas nas suas informações, uma vez que qualquer pessoa pode ter acesso a ele. Ele questiona sobre os procedimentos para realização de teste rápido após positivo em exame de gravidez. Acontece um debate entre o Conselheiro Otávio e a Diretora Adriana sobre o caso da gestante (Item 4.1.8), A diretora Adriana informa que a paciente após a notificação da gravidez, apesar do provável agendamento para a primeira consulta de pré-natal, decidiu ir para outro estado ficar com familiares, não notificando à unidade de saúde, só retornando após o nascimento da criança, o Conselheiro Otávio pergunta se nos meses que a paciente encontrava-se com seus parentes em outro estado, não ocorreu nenhuma visita da ESF, visto que nestas visitas poderia ter sido verificado a ausência da paciente, a Diretora Adriana informa não constar registro de visitas. Conselheira Priscila apresenta o seu ponto sobre o caso, informando que talvez tenha sido pedido o exame de beta hcg, e a própria paciente vendo o exame, decidiu antes do registro como gestante na rede e da marcação da primeira consulta a paciente decidiu viajar sem aviso só retornando após o nascimento da criança, Diretora Syntia sugere verificar as informações completas para apresentação na próxima reunião e dar continuidade nos questionamentos. Inicia-se com as perguntas relacionadas a Farmácia, lidas pelo Diretor André. Diretora Syntia fala sobre os medicamentos listados que são de uso exclusivo hospitalar. Conselheiro Otávio explica o motivo de ter perguntado sobre esses medicamentos. Diretora Syntia convida os conselheiros para uma visita in loco ao Hospital Municipal Ruth Cardoso para conhecer o funcionamento da gestão farmacêutica. Conselheiro Otávio agradece o convite e questiona a dificuldade no fornecimento da informação. Conselheira Syntia informa não haver dificuldade alguma e que enviará os documentos até o período da tarde. Vice-presidente Dênis solicita prosseguimento da reunião e o Diretor André segue com a questão da Regulação. Ele informa a ausência do Coordenador do setor e se dispõe a repassar possíveis dúvidas para ele. Conselheiro Otávio questiona o envio dos relatórios das auditorias. Por mais uma vez, ele solicita que os

relatórios das auditorias constem nos RDQAs para apreciação de todo o Conselho pois, em reunião, informaram que só havia tido uma auditoria e que ela já constava no relatório. Entretanto, as respostas indicam outras auditorias cujos relatórios não foram apresentados, conforme preconiza a LC 141. Ele indaga também o motivo da não inclusão dos questionamentos da Conferência Municipal de Saúde 2023 nos RDQAs, conforme aprovado no COMUS e decreto assinado pelo Prefeito. Diretor Victor inicia a leitura dos questionamentos da Atenção Especializada, suas respostas e esclarece dúvidas dos conselheiros. Conselheiro Otávio faz ponderações sobre a aferição dos sinais vitais dos pacientes em acolhimento inicial e testagem rápida no CAPS II. O Diretor segue elucidando as dúvidas e explica sobre o atendimento de homens com vagina no NAM, atendimento fisioterapêutico em paciente oncológico clínico e outras questões trazidas pelo conselheiro Otávio. Ele pergunta também sobre a demanda do pergolado com valor excessivo, que não passou pelo COMUS para aprovação após revisão do orçamento, registra o tempo que o elevador está quebrado no CISS/CTA, sugerindo inclusive a lotação da unidade em uma unidade horizontal. Encerradas as perguntas do RDQA da Atenção Especializada, Diretor André faz a leitura do último questionamento e esclarece as dúvidas do conselheiro Otávio. Conselheiro Rafael sugere o envio antecipado das perguntas e respostas no grupo do COMUS para fazer apenas os apontamentos nas reuniões, como era feito anteriormente, de forma que o tempo não se estenda tanto. Conselheiro Claudemir fala sobre a importância do debate sobre a saúde no município, que ocorre nos encontros do Conselho Municipal de Saúde. Vice-Presidente Dênis concorda com o conselheiro Rafael sobre a necessidade de serem mais sucintos e assertivos nas reuniões. Conselheiros Otávio e Rafael debatem sobre o andamento das reuniões, o papel de fiscalizar e questionar. Conselheira Syntia fala sobre o uso de ironia nos textos por parte do conselheiro Otávio, que justifica que a mesma é uma figura de linguagem da língua portuguesa. É formada a comissão eleitoral pelos 3 primeiros conselheiros a manifestar interesse, sendo eles: Rafael Militão, Syntia Sorgato e Thaís Uhlig. Conselheira Priscila Pimentel, que também havia se candidatado, abre mão da participação. Vice-Presidente Dênis agradece e encerra a reunião e eu, Isabela Evangelista de Souza, lavro a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelos conselheiros presentes, para que surta os efeitos legais.

Link para a reunião na íntegra: <https://www.youtube.com/live/m4NKjbicexA?feature=shared>